

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

A China responde, sozinha, por 53% do superavit brasileiro

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Americanas fecha acordo com credores

Onze meses depois da revelação de um dos maiores escândalos contábeis da história do país, a Americanas apresentou ontem o teor do acordo com credores que deverá abrir caminho para a aprovação do plano de recuperação judicial. De acordo com o chamado Plan Support Agreement, os três acionistas de referência da empresa — Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira — farão um aporte de R\$ 12 bilhões, enquanto outros R\$ 12 bilhões serão convertidos em dívida pelos credores.

Cerveja sem álcool avança no Brasil e atrai investimentos

O consumo de cerveja sem álcool cresce no país. De acordo com projeções da empresa de pesquisas Euromonitor, as vendas desse tipo de bebida deverão aumentar 24% em 2023 versus o ano passado, alcançando 480 milhões de litros. O curioso é que o avanço no mercado brasileiro é muito superior à média global, de 6%. Atenta a esse movimento, a Heineken está investindo R\$ 80 milhões na fábrica de Araraquara, no interior de São Paulo, para elevar a produção de sua cerveja zero álcool.

Balança comercial brasileira vai quebrar recorde em 2023

O Brasil caminha para encerrar 2023 com o maior superavit já registrado por sua balança comercial. Um novo relatório produzido pela Banco Safra projeta resultado positivo no ano de US\$ 95 bilhões — se confirmado, será o melhor desempenho de todos os tempos. Para a Fundação Getúlio Vargas, a cifra deverá se aproximar dos US\$ 100 bilhões, o que seria ainda mais surpreendente. Segundo especialistas, o salto de quase 10% das exportações e as importações estagnadas explicam o recorde. Entre os itens mais vendidos ao exterior destacam-se, como sempre, os produtos agrícolas. Entre janeiro e outubro deste ano, o volume de exportações da soja subiu 25%. O caso do milho é ainda mais exemplar, com avanço de 37%. O estudo do Banco Safra mostra ainda que o petróleo também fez bonito, com aumento de 29% nas transações internacionais. Em tempo: a China responde, sozinha, por 53% do superavit brasileiro.



Sérgio Castro/Estadão conteúdo

Dolarização da economia argentina não deverá vingar

A dolarização da economia argentina, promessa de campanha do presidente eleito Javier Milei, dificilmente será adotada em pouco tempo. Além da complexidade da operação, o economista Luis “Toto” Caputo, um dos principais conselheiros de Milei, é contrário à ideia. Não deixa de ser curioso o fato de o novo presidente abandonar convicções e ter se convertido ao pragmatismo em tão pouco tempo, deixando o histrionismo da campanha de lado. Na política, não existe nada como um dia após o outro.



O Brasil precisa crescer e se desenvolver e não pode fazer isso a qualquer custo. Temos responsabilidade fiscal e um compromisso umbilical, de coração, com responsabilidade social e ambiental"

Washington Costa/MF



"Dario Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda

4,53%

é a previsão do mercado financeiro para a inflação oficial do país em 2023, segundo o Boletim Focus do Banco Central. A projeção caiu pela terceira semana consecutiva.

RAPIDINHAS

Depois de várias tentativas de entrar no mercado de games, a chinesa ByteDance, dona da rede social TikTok, desistiu de vez de investir no setor. A empresa fechará a divisão de jogos eletrônicos, chamada Nuverse, e demitirá centenas de funcionários. Apesar dos aportes pesados que fez na área, a ByteDance não conseguiu emplacar games de sucesso.

O Bradesco se tornou um dos campeões na concessão de crédito rural. Entre julho e o início de novembro, o banco protocolou no BNDES R\$ 1 bilhão em pedidos de financiamento rural. Segundo a instituição financeira, a maior parte dos recursos (78%) será destinada para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas.

A Havaianas, marca de chinelo que pertence à Alpargatas, é a nova patrocinadora do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para os Jogos de Paris, em 2024. A estratégia faz sentido: as transmissões de competições paralímpicas têm alcançado boa audiência e o Brasil é uma das potências globais do esporte.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria mostrou o alto índice de adoção de energias renováveis pelo setor. Metade (51%) das indústrias brasileiras as utiliza, sendo que o maior percentual está na região Nordeste (62%). Segundo o estudo, o principal foco de interesse dos empresários industriais é a energia solar.

PRECATÓRIOS

Pagamento liberado

STF forma maioria para permitir a liquidação de R\$ 95 bilhões de dívidas da União sem afetar regras fiscais

» VINÍCIUS DORIA

Nelson Jr./SCO/STF

Para alívio da equipe econômica do governo, que busca alternativas para fechar as contas, o Supremo Tribunal Federal (STF) desarmou, ontem, a maior bomba fiscal herdada do governo de Jair Bolsonaro. O julgamento ainda não terminou — o ministro André Mendonça pediu vista —, mas oito magistrados já declararam voto reconhecendo que o pagamento de precatórios (dívidas judiciais com trânsito em julgado) não está vinculado aos limites de gastos previstos na emenda à Constituição aprovada no governo anterior que ficou conhecida como PEC do Calote.

Quando o julgamento de duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) for concluído, o Palácio do Planalto poderá enviar ao Congresso Nacional pedido de crédito extraordinário para honrar, já no ano que vem, o pagamento de precatórios acumulados desde 2022 que somam R\$ 95 bilhões — recursos que não serão enquadrados nas regras fiscais. Isso abrirá uma folga nas contas da União em um momento em que a equipe econômica trabalha para entregar, no ano que vem, a meta de déficit zero que consta do Projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Parlamento.

O ministro relator, Luiz Fux, votou pela inconstitucionalidade do teto para pagamento de precatórios. A medida havia sido tomada pelo governo anterior para empurrar para exercícios futuros parte da dívida da



Relator do caso, ministro Luiz Fux considerou que limitação era válida apenas para 2022

União já reconhecida pela Justiça. Se o limite aprovado em 2021 pelo Congresso funcionou para que a equipe do então ministro da Economia, Paulo Guedes, pudesse fechar as contas do ano passado, também criou uma bola de neve para as gestões futuras, pois o que ultrapassava o teto acabava sendo rolado automaticamente para os exercícios seguintes.

Por isso, pontos da PEC do

Calote foram questionados na Suprema Corte pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pelo PDT, que queriam que o governo voltasse a ser obrigado a pagar, entre 2022 e 2026, o montante dos precatórios que extrapolava o teto de gastos. Para a Advocacia-Geral da União (AGU), a medida do governo Bolsonaro criou “um volume significativo e crescente

de despesa artificialmente repressada”, que só começaria a ser paga em 2027. Além disso, argumentou que o limite para pagamento de precatórios “não veio acompanhado de qualquer perspectiva de solução com vistas a equacionar o passivo que será acumulado a médio e longo prazos, de sorte a viabilizar seu pagamento efetivo após a data final estabelecida para a vigência do referido regime”.

Também votaram pela inconstitucionalidade de pontos da PEC do calote os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes. André Mendonça, que pediu vista, tem 90 dias para devolver o processo ao Plenário da Corte.

Passivo bilionário

A proposta do governo inclui também uma mudança na forma de contabilizar os precatórios, em que o valor principal da dívida entra na conta como despesa primária, enquanto os juros passam a ser contabilizados como despesa financeira — que não entra no teto do novo arcabouço fiscal.

Segundo estimativas do Ministério da Fazenda apresentadas pela AGU, se a bomba fiscal do governo Bolsonaro não fosse desativada, a dívida acumulada com precatórios poderia chegar a R\$ 250 bilhões em 2027, sendo R\$ 95 bilhões só com o passivo de 2022 a 2024.

Para Fux, a pandemia de covid-19 justificou a adoção dos limites em 2021, mas esse cenário, segundo o relator, mudou. Por isso, ele reconheceu a legalidade da medida apenas para o exercício de 2022, cabendo ao Poder Executivo retomar o pagamento dos precatórios sem qualquer limitação orçamentária a partir do exercício de 2023. Fux também propôs que a União zere o passivo de precatórios acumulado no ano passado. Sete ministros seguiram o voto do relator.

ESTATAIS

Petrobras suspende venda de refinaria

» RAPHAEL PATI*

Um ano e meio após anunciar um acordo de venda da refinaria Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza, a Petrobras rescindiu o contrato com a compradora Grepar Participações Ltda. A decisão foi anunciada ontem pela estatal.

Em comunicado, a estatal explicou que a desistência foi motivada “em razão da ausência de cumprimento de condições precedentes estabelecidas até o prazo final definido em contrato, em que pese os melhores esforços empreendidos pela Petrobras para conclusão da transação”. Na verdade, a diretriz da nova direção da companhia é de suspender a privatização de refinarias.

O negócio com a Grepar foi firmado por US\$ 34 milhões, o equivalente a R\$ 170 milhões. As negociações para a compra da Lubnor começaram em 2019 e eram parte da estratégia dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro de vender refinarias da empresa à iniciativa privada. Em junho deste ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) havia aprovado a venda.

A Lubnor é responsável por 10% da produção de asfalto no Brasil. A refinaria cearense foi inaugurada durante o governo do General Castelo Branco, no regime militar, em 1966. Além de asfalto, ela produz lubrificantes naftênicos, usados como isolante térmico.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo